

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.388 - PR (2020/0266560-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORE : DEBORA FRANCO DE GODOY ANDREIS - PR015917**  
**S**  
**LUCIA HELENA CACHOEIRA - PR048876**  
**AGRAVADO : BANCO BMG SA**  
**ADVOGADO : REALSI ROBERTO CITADELLA - SP047925**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DO PARANÁ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. MULTA APLICADA PELO PROCON. DUAS CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA. INSURGÊNCIA QUANTO A EXTINÇÃO PARCIAL DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. MAGISTRADO SINGULAR QUE DEIXOU DE CONHECER OS EMBARGOS À EXECUÇÃO OPOSTOS EM RELAÇÃO A UMA DAS CDAS EM RAZÃO DE RECONHECIMENTO DE LITISPENDÊNCIA COM AÇÃO ANULATÓRIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INAPLICABILIDADE DA LEI FEDERAL Nº9783/99. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO DA SANÇÃO PECUNIÁRIA EM RAZÃO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. DIREITO FUNDAMENTAL. PROCON/PR QUE PROMOVE A REUNIÃO DE 3 RECLAMAÇÕES EM UM ÚNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO. PARALISAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO UNIFICADO POR MAIS DE 6 ANOS. INÉRCIA DO ENTE ESTATAL QUE VIOLA A SEGURANÇA JURÍDICA DO ADMINISTRADO.

1.A paralisação do processo administrativo por longo período de tempo (mais de 6 anos), sem quaisquer diligências por parte da Administração Pública, viola o direito do administrado ao processo célere e o princípio da razoável duração do processo, pois o Estado não deu resposta aos consumidores no tempo devido, preocupando agora, só com o caráter arrecadatório da medida.

2.O administrado não pode ser prejudicado pela demora

administrativa, sob pena de admitir-se a perpetuação da tramitação dos processos administrativos perante o PROCON/PR, em evidente afronta à segurança jurídica.

RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PROVIDO.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação dos arts. 1º e 4º do Decreto 20.910/32, no que concerne à ocorrência de prescrição intercorrente, trazendo o seguinte argumento:

A rigor, ausente norma estadual que regule a matéria, como no caso, os efeitos do tempo (prescrição e decadência) sobre multa administrativa são regidos pelos arts. 1º e 4º, Decreto 20.910/32, de modo que (i) "a prescrição da ação de cobrança somente tem início com o vencimento do crédito sem pagamento, quando se torna inadimplente o administrado infrator" e (ii) "e enquanto não se encerrar o processo administrativo de imposição da penalidade, não corre prazo prescricional, porque o crédito ainda não está definitivamente constituído e simplesmente não pode ser cobrado". (fls. 769).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido decidiu que:

Portanto, verifica-se que, no caso em específico, houve violação do regramento constitucional que assegura a razoável duração do processo.

[...]

Não por outra razão, a duração razoável dos processos foi erigida como cláusula pétrea e direito fundamental pela Emenda Constitucional 45, de 2004, que acrescentou o inciso LXXVIII ao art. 5º da Constituição Federal:

[...]

Portanto, relativamente ao argumento do Banco apelante, realmente não há que se falar em prescrição intercorrente, com base na Lei nº 9.873/1999, contudo, deve ser anulada a multa fixada pelo PROCON, diante da paralisação do processo administrativo por aproximadamente 6 anos, com fundamento na violação ao princípio da razoável duração do processo e da segurança jurídica (fls. 701/702).

Assim, é incabível o recurso especial pois interposto contra acórdão com fundamento eminentemente constitucional.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse sentido: “Possuindo o julgado fundamento exclusivamente constitucional, descabida se revela a revisão do acórdão pela via do recurso especial, sob pena de usurpação de competência”. (AgRg no AREsp 1.532.282/MG, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 19/6/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.302.307/TO, relatora Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe de 13/5/2013; REsp 1.110.552/CE, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Primeira Seção, DJe de 15/2/2012; AgInt no REsp 1.830.547/DF, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 3/8/2020; AgInt no AREsp 1.488.516/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/7/2020; AgInt no AgInt no AREsp 1.484.304/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 25/6/2020; AgInt no AREsp 1.519.322/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 30/10/2019; AgInt no AREsp 1.358.090/SE, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 3/6/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente